

## OS POTIGUARA POR ELES MESMOS: ANÁLISE DE IMAGENS NO LIVRO “OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA”

Vânia Cristina da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar as imagens produzidas pelos Potiguara para ilustrar o livro *Os Potiguara pelos Potiguara*, material com 56 páginas, elaborado no ano de 2005, com textos e ilustrações produzidos por professores e estudantes potiguara e que é utilizado como suporte nas disciplinas de História, Etno história e Arte e Cultura em determinadas escolas indígenas do Litoral Norte da Paraíba.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena. Potiguaras. Ensino de História. Material Didático.

### Introdução

Este artigo<sup>2</sup> apresenta indícios sobre o Ensino de História na Educação Escolar Indígena Potiguara. Num primeiro momento, apresentamos os caminhos para a implementação da Educação Escolar Indígena no Estado da Paraíba, a partir do diálogo com outros pesquisadores e com documentos consultados na Secretaria de Educação do Estado – SEE/PB. Posteriormente, fazemos uma análise da publicação: *Os Potiguara pelos Potiguara*.

O material foi publicado em 2005, com textos e ilustrações produzidos por professores e estudantes dessa etnia e que serve como material de apoio e complementação, por exemplo, nas disciplinas de História, Etno História e Arte e Cultura.

### Trajetória da educação escolar indígena em território potiguara

As experiências de escolarização indígena em terras brasileiras datam do início da colonização portuguesa. Neste momento, cabia aos jesuítas essa tarefa, que visavam catequizar as populações indígenas e impor a elas os modos de vida do europeu, realidade tão distante da que viviam antes do processo colonizador. Mas, “Também não há por que imaginar que a catequese tenha encontrado uma população passiva”

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista Capes. Endereço eletrônico: <vaniac\_historia@hotmail.com>.

<sup>2</sup> O trabalho em questão é recorte de nossa pesquisa de doutorado, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup>. Maria da Conceição Silva – UFG. Este se encontra em fase inicial, mas caminhando em meio às fontes e descobertas que temos feito, uma delas diz respeito ao material didático utilizado nas aulas de história com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II.

(SCHWARCZ, 1993, p.48). Argumentos do padre Antonio Vieira, filósofo, religioso e orador português, pertencente à Companhia de Jesus, demonstram que as reações por parte dos nativos nem sempre eram as melhores, nem todos aceitavam essa tentativa de doutrinação. Não obstante, entre doutrinação e resistência, a educação formal foi sendo inserida no contexto indígena e hoje essas comunidades, em território nacional têm, assegurado por lei, o direito à Educação Escolar Indígena bilíngue e intercultural.

Ao longo dos três primeiros séculos em que o Brasil esteve sob o processo colonizador português, diversas ordens religiosas vieram a estas terras com a mesma finalidade, converter os indígenas em fiéis da Igreja, a fim de que expandissem a fé cristã. Durante o século XIX, o poder público seguiu relegando a população indígena e autorizando, quando não financiando, novas tentativas de colonização desses povos.

As constituições de 1824 e 1891 não expressaram nenhuma mudança na posição legal desses sujeitos. Foi somente a partir da década de 1970 que este cenário passou a ter significativas modificações. Com a publicação da Constituição de 1988 (Artigos 210, 215 e 231), podemos observar expressivos avanços no que se refere às questões indígenas. Reconhece-se, no Art. nº 231, sua organização social própria, os seus costumes, “[...] línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

Em 1991, com o Decreto 26/91, o MEC assumiu a Educação Escolar Indígena que saiu do monopólio da FUNAI. Criou-se, então, um aparato legal que passou a amparar esta modalidade, destacamos, nesse ponto, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* – 9394/96 (Artigos 23, 24, 78 e 79), que foi além do que previa a Constituição Federal, assegurando, pela primeira vez na história, uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com projeto pedagógico, material didático, currículo e formação específica de professores, a fim de propiciar aos estudantes indígenas e suas comunidades a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências, conforme consta no Art. nº 78 desta lei. Após a publicação deste documento, vários outros<sup>3</sup> passaram a

---

<sup>3</sup> Entre eles podemos citar: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) – 1998; Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, 1999; Resolução CEB 03/99, que fixou as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas; Plano Nacional de Educação, 2001; Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, 2001; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, 2013; Plano Nacional de Educação, 2014-2014; Plano Estadual de Educação da Paraíba, 2015-2025.

ser pensados, elaborados e publicados no intento de instituir de fato uma Educação Escolar Indígena.

Na Paraíba, a Igreja Católica se responsabilizava por esta desde a colonização:

Dessa forma, a escola para os Potiguara ficou sob a direção da Igreja Católica, regida pelos Carmelitas através de freiras e padres, na intenção de formar cidadãos cristãos. Por volta dos anos 70 a 90 do século XX, a congregação religiosa, vendo que os protestantes estavam ganhando força, resolveu construir escolas em território Potiguara nas Aldeias São Francisco, Galego e Tramataia, como também na Cidade de Baía da Traição. Nas aldeias as escolas atendiam do pré-escolar ao ensino médio. Na escola da cidade era promovida a formação de professores através dos interesses daquela Congregação, legitimadora das práticas de dominação católica. Retiros e internatos foram edificados, onde índios e não-índios articulavam seus conhecimentos numa dinâmica de imposição e negação da (re)elaboração das identidades. Assim, a educação escolarizada foi se constituindo num tema de conflito ideológico, cercados por congregações, igrejas católica e protestante, FUNAI e secretarias municipais que não condiziam com a realidade dos Potiguara. (GRÜNEWALD et. al, 2009, p. 22/23).

A partir dos anos 90 do século XX, é que o governo passou a articular encontros a fim de discutir a questão da Educação Escolar Indígena no Estado. Nesses diálogos, foi de fundamental importância o envolvimento da Organização dos Professores Indígenas Potiguara – OPIP. No ano de 2003, foi publicada a Resolução Nº 207/03 no CEE/PB que fixou as normas para organização, estrutura e funcionamento dessas escolas (GRÜNEWALD et. al, 2009).

O povo Potiguara situa-se no litoral norte da Paraíba e

[...] a designação Potiguara tem sua origem no termo Potiguar que é como se denominava historicamente aos índios de família linguística Tupi que habitavam o litoral nordeste brasileiro no século XVI. A palavra Potiguara, de origem Tupinambá, tem recebido diferentes traduções segundo diversos autores, sendo a mais habitual “comedor de camarão” (CANTERO, 2015, p.06).

O território indígena Potiguara ocupa um espaço de 33.757 ha, distribuídos em três áreas adjacentes, nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, no Estado da Paraíba. Os atuais Potiguara compõem-se de um povo que durante séculos resistiu à violência da sociedade não indígena, isso em busca da defesa de sua identidade étnica e cultural. Trata-se de uma etnia que entrou em contato com a cultura hegemônica desde o início da colonização no Brasil, fazendo com que tal população logo experimentasse o forçado processo de mistura empreendido pelos europeus.

Atualmente, as comunidades indígenas Potiguara têm acesso à educação em 32 escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo 23 municipais e 09 estaduais. A divisão é a seguinte: 25 oferecem Ensino Infantil; 27 oferecem Ensino Fundamental; 19 oferecem a modalidade Educação de Jovens e Adultos e apenas a Escola Estadual Indígena José Cassiano Soares, localizada em Baía da Traição, oferece Ensino Médio (PARAÍBA, 2016). As instituições escolares desse território recebem, para além do currículo formal, três disciplinas diferenciadas: Etno história, Tupi e Arte e Cultura. A proposta é que essas três áreas dialoguem entre si e promovam a valorização da cultura indígena potiguara entre os estudantes.

### ***Os Potiguara pelos Potiguara***

Na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio e Fundamental Pedro Máximo de Lima, da aldeia Três Rios, o livro do PNLD utilizado nas aulas de História das turmas de 9º ano é uma edição de 2012<sup>4</sup>. Já o material diferenciado, mencionado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em respeito às especificidades da Educação Escolar Indígena, trata-se de: *Os Potiguara pelos Potiguara*, publicado em 2005. Isso nos leva a afirmar que, embora o material didático comum à rede de ensino esteja atualizado, quando se trata do livro específico para as escolas indígenas, continuam a utilizar o que foi produzido há 11 anos. Embora valioso, seria importante que a publicação passasse por uma atualização e nova edição, pois é essencial que, para além do livro que atende ao currículo formal, essas escolas pudessem contar com material específico mais recente.

Sobre esse aspecto, Oliveira ressalta que:

**[...] as escolas indígenas têm recebido massivamente os materiais didáticos comuns distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pensados para um tipo de público muito diferente dos alunos de escolas indígenas** (e de tantos brasileiros de outros contextos). Há somente dois lugares para a diferença no PNLD: os livros em braile, distribuídos desde 2001, e os livros para portadores de necessidades especiais. De resto, não são livros pensados para contemplar as diferenças culturais dos brasileiros, apesar de o país ser signatário da Declaração Universal dos Direitos Culturais: são livros em português apenas, e não se preocupam com as perspectivas indígenas (2010, n.p. Grifo nosso).

---

<sup>4</sup> AZEVEDO, GISLANE / SERIACOPI, REINALDO. *Projeto Telaris – Historia (9º Ano)*. Editora ATICA, 2012.

Podemos observar que essa é uma carência comum a nível nacional, muito embora seja possível notar, nos últimos anos, certo empenho na busca pela produção de materiais específicos e diferenciados.

Em 2008, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, publicou um guia que teve como objetivo listar materiais produzidos por comunidades indígenas em vários estados do Brasil. Entre os vários livros, CDs e DVDs são citados dois materiais didáticos produzidos na Paraíba, sendo o primeiro *T'ÁA-NHEMBO'E POTIGUAR – YMÚANA NHE'ENGA RESÉ (VAMOS APRENDER A LÍNGUA DOS ANTIGOS POTIGUARAS)*. Elaborado para atender às demandas do Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Potiguara: “Seu conteúdo apresenta um estudo do Tupi antigo, resultado da intenção dos Potiguara em recuperar o uso de uma língua indígena” (BRASIL, 2008, n.p.). O segundo material mencionado nesta listagem trata-se de: *Os Potiguara pelos Potiguara*, que, segundo consta no guia do MEC:

Textos e ilustrações deste material didático foram produzidos, após várias oficinas e pesquisas, pelos próprios professores e alunos Potiguara. O processo de elaboração fundamentou-se numa metodologia de diálogo entre a equipe de assessores, professores indígenas, alunos e comunidade, partindo do entendimento e do conhecimento de cada um sobre os diversos temas (BRASIL, 2008, n.p.).

Na apresentação da coletânea<sup>5</sup>, *Os Potiguara pelos Potiguara*, feita pela professora Iolanda Mendonça, evidencia-se a necessidade de tomar o material como um avanço, mas ressalta-se, também, a necessidade de “[...] aprofundamento, críticas e sugestões”, enfim, trata-se de “[...] um instrumento a ser aprimorado com a participação de todos, visando a construção desse grande projeto que é mudar o jeito de trabalhar na escola” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.09). Ao contrário do que expressa Mendonça, isso caminha a passos lentos, a publicação continua sendo utilizada, mas não passou por reedição ou aprimoramento.

Ao investigarmos o material observamos os desenhos que ilustram a publicação e estes chamam atenção por reforçarem certos aspectos, costumes e crenças do povo Potiguara. Os temas que aparecem são estes, seguindo ordem do sumário: Apresentação; História e cultura do povo Potiguara; O Toré; Aldeia Brasília; Aldeia Brejinho; Aldeia Camurupim; Aldeia Cumarú; Aldeia Forte; Aldeia Galego; Aldeia

---

<sup>5</sup> Na apresentação, ora se referem ao material como livro, ora como cartilha e até mesmo coletânea.

Jacaré de César; Contos da Aldeia Jacaré de César; Aldeia Jacaré de São Domingos; Aldeia Jaraguá; Aldeia Lagoa Grande; Aldeia São Francisco; Aldeia Tracoeira; Aldeia Tramataia; Contos da Aldeia Tramataia; Meio Ambiente.

Ao relatarem sua história e cultura, os autores procuram evidenciar que “Os Potiguara estão buscando meios de reafirmar os valores sociais, retomando sua língua nativa, o Tupi Antigo, desde 2001, como também suas tradições” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.11). Isso significa dizer que, apesar de inseridos numa sociedade com modos de vida distintos, os Potiguara permanecem resistentes na ideia da manutenção de sua cultura e dos seus próprios saberes.

Outra questão que precisa ser mencionada, trata-se da relação de respeito ao meio ambiente, que eles buscam evidenciar no decorrer de todo o material. São textos e ilustrações que reforçam a importância da preservação ambiental e denunciam, de forma incisiva os “[...] desmandos dos usineiros, que têm em mãos o poder de destruição, por sua ganância pelo ouro verde (cana-de-açúcar), deixando tudo preto por onde passam” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.16).

Tudo começa no mês de agosto...

É quando os fornecedores usineiros começam a pulverizar as canas para que elas amadureçam e estejam prontas para o corte. A nossa aldeia é completamente tomada por cana-de-açúcar, ficando apenas uma pequena parte para o plantio de lavouras, de subsistência da comunidade. No final de agosto as grandes usinas, como Japungu, Monte Alegre e Mataraca começam a moagem e com ela, o desespero das comunidades. Inicia-se a queima do plantio para o futuro corte. Com isso, o ar fica poluído, trazendo doenças como cansaço, irritação nos olhos, secreções persistentes pelo nariz, atingindo principalmente crianças e idosos (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.14).

Por um instante, parece mais que estamos lendo não uma publicação do século XXI, mas um relato do período colonial, quando as doenças trazidas pelos europeus acarretavam a fuga de muitos indígenas das áreas de avanço dos colonizadores. No entanto, trata-se de uma realidade atual, a denúncia é urgente, pois mesmo nos últimos anos: “O plantio de cana-de-açúcar ainda concorre para a extinção da mata nativa, aumentando ainda mais o desmatamento da nossa região” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.18).

Como a coletânea não foi pensada para um ano específico, mas aberta à utilização em várias turmas, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio, há várias possibilidades de trabalho dentro dos conteúdos de história a partir da publicação. É viável, por exemplo, o planejamento de uma aula de História que exponha o conteúdo

acerca da colonização, como vem apresentado nos livros escolhidos pela escola e enviados pelo PNLD, e compará-lo à publicação específica sobre a cultura Potiguara, o que possibilitaria determinar diferenças e semelhanças em relação aos dois materiais, como tratam a mesma questão e, para além disso, como a elaboração e a publicação de um livro didático envolve mais que o contexto histórico, mas uma série de interesses e escolhas. Isso reforça, entre os estudantes, a necessidade de receberem materiais que trabalhem o Ensino de História a partir da sua cultura e não apenas a partir do olhar do colonizador.

Durante anos, especialmente nos materiais didáticos utilizados nas aulas de História, ignorou-se a forte resistência empreendida pelas populações indígenas quando da chegada dos portugueses em terras americanas. Mas, observando o material produzido pelos professores e estudantes Potiguara, notamos que eles apresentam esse mesmo conteúdo (início da colonização portuguesa), mas mostrando um outro posicionamento dos nativos:

Quando chegaram os Portugueses aqui na Baía da Traição, através do oceano Atlântico, deram início a uma enorme batalha, entre uma grande área banhada por mar, de um lado e por outro, água doce. [...] esses Portugueses começaram a chegar, para manter contato com índios que habitavam as margens do oceano, em uma terra denominada de “Acajutibiró”, atualmente chamada de Baía da Traição. Ao contactarem com os nativos, não se sentiram bem em tê-los por perto, travando então, constantes lutas para expulsá-los desta terra. (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.20/21).

Interessante as possibilidades de trabalho que a comparação entre dois materiais didáticos como os livros do PNLD, produzidos pelas grandes editoras, e uma produção local, como a estudada aqui, podem gerar numa sala durante uma aula de História.

Continuamos a investigar o material e outra questão recorrente que nos chamou a atenção foi a disposição de igrejas católicas na maioria dos desenhos que retratam o território Potiguara. Em cada aldeia simbolizada a partir das pinturas, a presença dessa instituição ocupa lugar de destaque em meio aos casarios. O trecho a seguir nos mostra como essas transformações foram ocorrendo. Esse é o caso da aldeia Camurupim:

Camurupim recebe este nome devido a uns pescadores, que vinham de Rio Tinto para pescar aqui no rio. O peixe mais pescado era o Camurupim. [...] Este lugar não tinha estrada nem casas; aqui era cheio de caminhos por dentro da mata. Havia muita madeira, cipós e caças [...] Camurupim foi se desenvolvendo cada vez mais, mas não tinha escola, igreja e nem cemitério. Então foi no ano de 1964 que foi construída a primeira escola. Neste mesmo ano foi construída a igreja (católica) e o cemitério que foi inaugurado com o

término das obras no dia 24 de julho de 1965. (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.20/21).

Em outro relato, dessa vez sobre a Aldeia Brejinho, nos deparamos com a seguinte afirmação: “Na aldeia tem um cruzeiro (símbolo da Igreja Católica), local onde o padre da Baía da Traição, com alguns missionários da aldeia, celebra a missa, tendo Jesus Misericordioso como padroeiro” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.18). Nota-se, no trecho, a importância dada à Igreja Católica.

Corroborando com esta afirmação, já na página 36, ao relatarmos a história da Aldeia Jaraguá e retratarmos isso em forma de desenho, observamos de maneira muito evidente a presença de uma Igreja Católica rodeada de casas, carros e árvores. A instituição que representa o catolicismo toma o centro da imagem, o lugar de destaque.

Imagem 1 – Aldeia Jaraguá



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.36.

Além desta imagem, destacamos mais uma, retirada do mesmo material, em que a Igreja Católica aparece ilustrada nos traços coloridos que retratam a história da Aldeia Galego:

Imagem 2 – Aldeia Galego



**Fonte:** OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.26.

Verificamos, assim, que embora possuam e mantenham rituais que forneçam senso de identidade mais forte dentro da sua cultura, pois “Acreditam nos espíritos da natureza e dos seus ancestrais, que se manifestam nas matas e nos rios, bem como nos sonhos e através do Toré”, os Potiguara

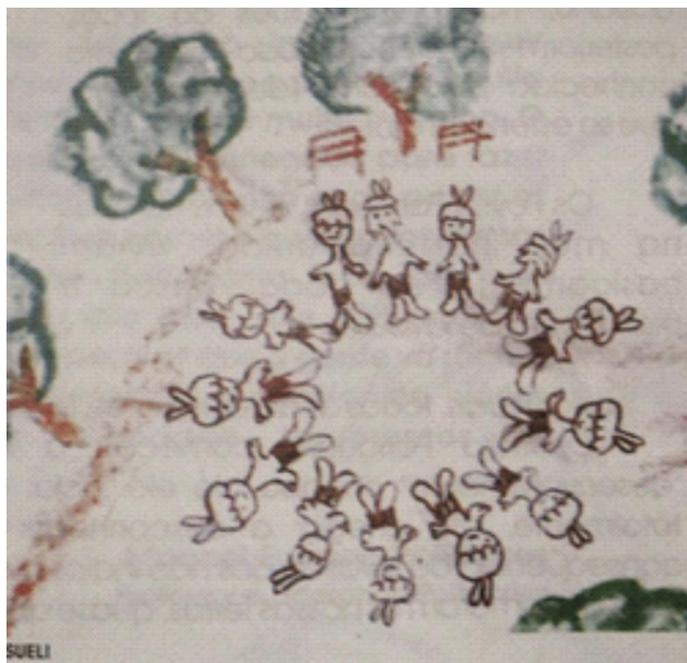
Dividem-se em torno de várias denominações religiosas, entre elas a Igreja Católica e as evangélicas Betel, Batista, Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus. Celebram como datas especiais o dia do índio e as festas dos santos padroeiros das aldeias, com destaque para São Miguel, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora dos Prazeres (GRÜNEWALD et. al, 2009, p. 20).

Ainda que se evidencie a força da Igreja Católica entre os Potiguara, eles não deixam de praticar seus rituais sagrados, um exemplo é o Toré. Um rito indígena dançado em forma de círculo e que se apresenta como expressão simbólica na maioria das coletividades que lutam pela reafirmação de suas identidades e pelo fortalecimento cultural. O Toré representa um momento de espiritualidade, “[...] é uma dança sagrada, pode ser dançada em momentos especiais pelos índios. O Toré significa a própria cultura indígena, ele é o símbolo de nossa luta e resistência ao longo dos 505 anos”.

Assim, “O toque dos tambores e o som da gaita, significam que os guerreiros ainda lutam e resistem, pois a cultura é uma das coisas mais importantes para nós, Potiguara” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.12).

Na imagem 3, uma representação do ritual feita pelos estudantes no material:

Imagem 3 – O Toré



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.12.

Discutir rituais como o Toré nas aulas de História também é uma rica possibilidade, pois permite aos estudantes indígenas compreenderem o diálogo existente entre as muitas culturas, além de despertar o interesse dos mesmos por discussões que promovam o respeito à diversidade.

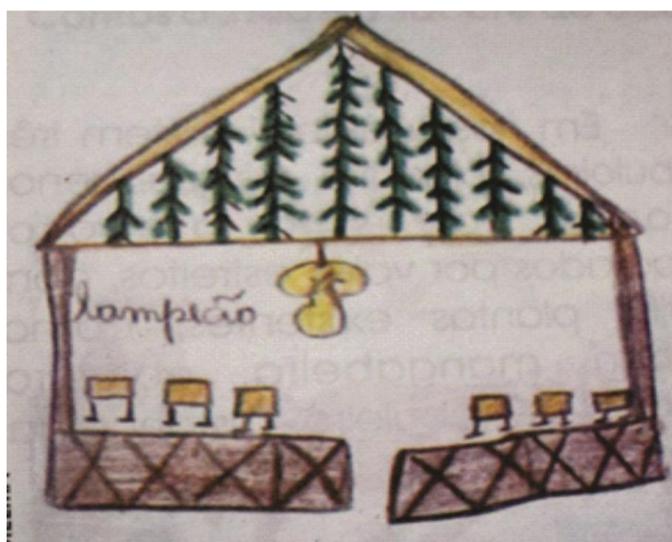
Mas, não só a Igreja Católica ocupa lugar importante no contexto Potiguara, como, também, outra instituição que é referenciada tanto nos textos como nas imagens: a escola. Em vários momentos nos deparamos com fragmentos que mencionam a chegada dessa instituição nas aldeias, quem foram os primeiros professores, tudo bem detalhado:

Com o passar do tempo foram chegando mais famílias e foi aumentando o número de pessoas na comunidade. Foi então que chegou o professor Merentino, ensinando particular, cobrando por semana dois réis de cada aluno, numa casinha de palha de seu Tidu, aonde é hoje a casa de Nego de Pedro. Depois veio a professora Maria Perene que começou cobrando o mesmo valor. Mais tarde, chegou Maria do Céu, mas já ensinava pela

Colônia dos Pescadores (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.19).

Mais adiante, confirmando a importância dada à escola, nos deparamos com este trecho: “Havia apenas uma casa de farinha, algumas casas de taipa cobertas de palha e **não tinha escola**”. Fica evidente a forma como se referem à ausência dessa instituição, especialmente porque, no mesmo parágrafo, informam que: “Hoje temos uma escola que foi inaugurada no ano de 1999 e a primeira professora foi Crizeuda Ferreira Padilha” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.21 – Grifo nosso).

Imagem 4 – A primeira escola – Aldeia Jacaré de César



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.29.

A história da primeira escola construída na Aldeia Jacaré de César é importante, há uma cronologia de como foi acontecendo essa implementação, quem foi a primeira professora e, inclusive, mencionam o material didático utilizado:

A primeira escola construída pelos próprios índios da aldeia era pequena, sua estrutura era redonda de pau a pique, coberta com palha. Bancos e mesas eram feitos de pau, uma só porta de vara que era entrada e saída. A luz de lampião à gás. A primeira professora a lecionar nesta aldeia, chamava-se Neuza, índia que morava na cidade com seus pais e quando voltaram para a aldeia, ela foi escolhida para ensinar, porque tinha cursado até a terceira série do primeiro grau. Ela criava os próprios conteúdos e mantinha a escola. **O material didático era muito simples, sendo lápis, papel e livros. Era qualquer livro que estivesse ao alcance da professora. Nem todas as crianças tinham livros** (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005, p.29 – Grifo nosso).

A referência à ausência ou ao aparecimento das primeiras escolas no decorrer do texto e nos desenhos nos mostra que, para os Potiguara, essa instituição tem muito significado, talvez porque a escola indígena trata-se de um lugar de encontro, de interação e comunicação entre os dois mundos, "[...] onde as diferenças interétnicas emergem e adquirem novos contornos e onde técnicas e conhecimentos provenientes de diferentes tradições podem ser trocados e, assim, reinventados" (TASSINARI, 2001, p.50). É lugar de interculturalidade, pois abre uma passagem entre duas sociedades, dois modos de vida: a indígena e a não indígena, permitindo, assim, a circulação de duas culturas, o que a torna um espaço de interface entre duas concepções de mundo.

Interculturalidade supõe fazer-se no encontro de diferentes, com as necessárias trocas, refere-se ao processo contínuo de aprendizado. “É um processo que acompanha todos os povos, todas as culturas, mas, na história da América, após a chegada dos europeus no final do século XV, nem sempre prevaleceu essa compreensão” (BERGAMASCHI, 2014, p.15), as questões étnicas acabavam sendo encobertas pela ideia de identidade nacional, relegando, dessa forma, o respeito à identidade cultural própria dos povos indígenas.

O Ensino de História na Educação Escolar Indígena, envolve uma diversidade situada entre dois modos distintos de fazer educação, sendo que, de um lado, está a cultura dominante, com sua concepção de história sedimentada, baseada em currículos e conteúdos programados e, do outro lado, os indígenas, com seus registros, formas de aprendizagem e saberes próprios. Vale ressaltar, também, que nem todos os professores são da própria comunidade, muitos viajam de municípios vizinhos para cumprir carga horária nas escolas indígenas.

Portanto, o Ensino de História nas escolas indígenas não pode assumir as mesmas características do ensino nas escolas convencionais, sobretudo porque o debate e o diálogo entre o professor, os alunos e a comunidade são essenciais para explicitar a sua importância e suas finalidades sociais, históricas e pedagógicas. É importante considerar, também, que cada sociedade organiza suas narrativas de forma diferente, compreende a História de modo diverso e constrói concepções de tempo que precisam ser respeitadas.

## Referências

BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, Juliana Schneider. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. In: *Revista Tellus*. Campo Grande-MS, ano 14, n. 26, p. 11-29, jan./jul. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 1988. 292 p. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 10 de Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei n. 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 10 de Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Materiais Didáticos e Paradidáticos em Línguas Indígenas*. Orgs. FIGUEIREDO, Nilza e GUIMARÃES, Susana Grillo. Brasília, julho de 2008.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei n. 10.172. *Plano Nacional de Educação*, 2001. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20 metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf)> Acesso em: 10 de Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>> Acesso em: 12 de Set. 2016.

CANTERO, Angela López. O etnodesenvolvimento como alternativa do povo Potiguara da Paraíba. In: *Anais 39º Encontro Anual da ANPOCS*. Projetos de desenvolvimento e diretos territoriais das populações tradicionais: alternativas de desenvolvimento. 2015. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=9731&Itemid=461](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9731&Itemid=461)> Acesso em: 12 de Set. 2016.

GRÜNEWALD, Rodrigo et. all. Estudo de viabilidade para oferta de um curso de licenciatura em educação indígena no Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande. *Cadernos do Leme*, Campina Grande, vol.1, n.2, p. 114-150 jul/dez. 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Os materiais didáticos e a educação indígena*. GOOGLE: CEDEFES, 2010. Disponível em: <[http://www.cedefes.org.br/afro\\_print.php?id=3133](http://www.cedefes.org.br/afro_print.php?id=3133)>. Acesso em: 12 de Set. 2016.

OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA. Serviço Gráfico/SEGRAF/FUNAI: Baía da Traição, 2005. 56p.

PARAÍBA. Diretrizes Operacionais da Educação do Estado da Paraíba. 2016. Disponível em: < <http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/12/Diretrizes-Operacionais-2016-2.pdf>> Acesso em: 12 de Set. 2016.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1993.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Relatório de atividades*. Referência: Ofício nº284/2010/PR/PB. João Pessoa. 20 de maio de 2010.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawaii Leal. *Antropologia, história e educação*. São Paulo: Global, 2001, p.50.